

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.900 PARANÁ

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES  
RECTE.(S) : LEONILDA DE FATIMA DOS SANTOS  
ADV.(A/S) : BRUNO MACIEL RIBAS  
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**DECISÃO:** Trata-se de agravo contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Paraná que entendeu pela ausência de comprovação acerca da condição de dependente, nos termos da sentença (eDOC 54).

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, sustenta-se violação do artigo 226, § 3º, do texto constitucional.

Aponta-se a existência de documentos e provas testemunhais que confirmam a união estável ente a interessada e o segurado.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Verifico que divergir do entendimento adotado pelo acórdão recorrido demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via extraordinária, em face do óbice previsto no Enunciado 279 da Súmula do STF.

Ademais, a sentença, mantida pelo Tribunal de origem por seus próprios fundamentos, observou a Lei 8.213/91 e o Código Civil. Assim, a matéria debatida na origem restringe-se ao âmbito infraconstitucional, de modo que a ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do presente recurso.

Quanto ao tema, confira-se o seguinte julgado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CIVIL.  
RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL.  
IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO

**ARE 918900 / PR**

INFRACONSTITUCIONAL E DE REEXAME DE PROVAS.  
SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.  
AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA  
PROVIMENTO”. (ARE 890.706-AgR/SP, Rel. Min. Carmén  
Lúcia, Segunda Turma, DJe 03.8.2015)

Ante o exposto, conheço do presente agravo para negar-lhe  
provimento (art. 544, § 4º, II, “a”, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*